

AÇÕES HUMANAS EM CONFORMIDADE COM O BEM DO HOMEM: a moral e a religião no compêndio de filosofia de José Soriano de Souza

Anderson Santos¹

Bárbara da Silva Santos²

Cristiano de Jesus Ferronato³

Resumo: Diante das transformações ocorridas na segunda metade do século XIX, onde o Estado e as instituições educativas buscaram constituir-se a partir de novas representações sobre a nação e a educação brasileiras, tomamos como objeto para o desenvolvimento deste estudo o compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* de José Soriano de Souza publicado em 1871 na cidade do Recife, a partir dos aportes teórico-metodológicos da história cultural e dos manuais escolares. Essa obra foi adotada como manual de ensino da cadeira de filosofia pelo *Gymnasio Pernambucano*, cujo titular era o seu próprio autor. Ele está inserido no grupo de professores daquele período que passaram a atuar intelectualmente na elaboração de manuais de ensino e reflexões acerca dos modelos educacionais em circulação na época. Da organização dos conteúdos, destacamos a questão da moral e da religião presentes na obra e como estas contribuíam para a formação dos jovens estudantes.

Palavras-chave: História da Educação. Manuais escolares. Ensino secundário.

HUMAN ACTIONS IN ACCORDANCE WITH THE GOOD OF MAN: moral and religion in the compendium of philosophy from José Soriano de Souza

Abstract: faced with the transformations that occurred in the second half of the nineteenth century, where the State and educational institutions were constituted from new representations about the Brazilian nation and education, we took as object for the development of this study the compendium *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* by José Soriano de Souza published in 1871 in the city of Recife, from the theoretical-methodological contributions of cultural history and school textbooks. This work was adopted as a teaching manual of the chair of philosophy by *Gymnasio Pernambucano*, whose holder was its own author. He is inserted in the group of teachers of that period who

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – PPED – Unit/Sergipe, Licenciado em História pela Universidade Tiradentes. andersonii@hotmail.com

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – PPED – Unit/Sergipe, Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. ss.barbarasilva@gmail.com

³ Doutor em Educação, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – PPED – Unit/Sergipe. cristianoferronato@gmail.com

Ações humanas em conformidade com o bem do homem: a moral religiosa no compêndio da filosofia de José Soriano de Souza

| Anderson Santos

| Bárbara da Silva Santos

| Cristiano de Jesus Ferronato

began to act intellectually in the elaboration of teaching manuals and reflections on educational models in circulation at the time. From the organization of the contents, we highlight the question of morality and religion present in the work and how they contributed to the formation of young students.

Keywords – History of Education. School books. Secondary school.

INTRODUÇÃO

Diante do complexo número de discursos, informações e textos oriundos de lugares e condições de produção diferentes, é frequente o pesquisador levantar a questão sobre qual a maneira mais adequada para responder as teses centrais da pesquisa. Em outros termos, seu impasse se resume às escolhas a serem feitas com o intuito de dar clareza, por meio da escrita, aos dados que com dificuldades conseguiu reunir.

Com isso, cientes da impossibilidade de compreensão da totalidade da produção, circulação, dos usos e apropriações dos manuais de ensino, uma série de escolhas na ação de pesquisar tem que ser realizada. Tentando não fazer do nosso trabalho algo meramente descritivo, adotamos estratégias para melhor problematizá-lo e compreendê-lo ao estabelecer algumas reflexões para esta pesquisa, bem como eleger instrumentos que possam auxiliar no processo de produção da inteligibilidade das fontes. Nesse sentido, refletimos sobre a questão da moral e da religião delineada nos conteúdos do compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* de José Soriano de Souza, publicado em 1871 na cidade do Recife. Para tal, cremos ser importante começarmos apresentando quem foi este professor.

José Soriano de Souza (1833-1896), destinou a maior parte da sua vida às atividades intelectuais e públicas. Seus estudos básicos ocorreram no *Lyceu Provincial da Parahyba do Norte*⁴, em seguida formou-se em Medicina (1860),

⁴ O *Lyceu Provincial da Parahyba do Norte* foi fundado em 1836 na Cidade da Parahyba capital da então Província da Parahyba do Norte. Faz parte de um conjunto de instituições educativas

ARTIGOS

pela *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*⁵ e, por fim, em Filosofia (1866), pela *Universidade de Louvain*⁶, na Bélgica. Foi lente catedrático da Faculdade de Direito do Recife onde lecionou as disciplinas Direito Público e Constitucional, Direito Natural e Direito Romano. Após movimentado concurso (1867) para a cadeira de filosofia do *Gymnásio Pernambucano*⁷, onde teve como concorrente Tobias Barreto⁸, uma figura já conhecida naquela época, foi nomeado lente titular desta instituição.

Teve ainda uma grande participação nos jornais católicos de Recife, atuando como redator e jornalista em alguns periódicos na segunda metade dos Oitocentos. Entre estes, destacamos *A Esperança* (1864), o *Cathólico* (1872) e *A União* (1873). Destinou a maior parte da sua vida às atividades intelectuais e públicas e, em sua carreira política, foi deputado na Assembleia Provincial entre 1886 e 1889. Com a implantação da República, segundo Campos, participou da “[...] comissão que elaborou o projeto de constituição do Estado

de princípios semelhantes que foram instaladas na região Nordeste do Brasil no oitocentos. Cf. FERRONATO, Cristiano de Jesus. *Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução primária na província da Parahyba do Norte (1836-1884)*. Aracaju: Editora oficial do Estado de Sergipe-EDISE; 2014.

⁵ Por meio de Carta Régia assinada pelo príncipe regente D. João foi fundada em 5 de novembro de 1808 a *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* que inicialmente teve o nome de Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia e funcionava no Hospital Militar do Morro do Castelo. Na primeira metade do século XIX seu funcionamento esteve sujeito a algumas restrições, pois seguindo o curso de questões coloniais, o ensino superior no Brasil era, em algumas medidas, dificultado por representar uma ameaça aos interesses da metrópole.

⁶ A *Universidade Católica de Louvain* foi fundada em 1425 com o nome de Universidade de Louvain. Teve seus serviços desligados por duas vezes nos anos finais dos séculos XVIII e XIX. Em 1833, após ter sido reestabelecida, recebeu em seu nome a designação católica por meio de carta pontifícia de Gregório XVI. Já no século XX, em 1968, foi dividida em outras duas unidades com idiomas diferentes - Katholieke Universiteit Leuven (holandesa) e Université Catholique de Louvain (francesa).

⁷ O *Ginásio Pernambucano* foi fundado em 1825 e inicialmente tinha o nome de Lyceu Provincial de Pernambuco. A denominação “ginásio” associou-se a seu nome em 1855. Desde a sua fundação até o início da década de 50 do século XX, só recebia alunos do sexo masculino. As primeiras turmas femininas da instituição foram instauradas em 1955. Constitui-se como a instituição educativa mais antiga em atividade no país.

⁸ *Tobias Barreto de Menezes* (1839-1889) nasceu na Vila de Campos do Rio Real. Atualmente a cidade chama-se Tobias Barreto e está localizada na região sul do Estado de Sergipe. Estudou no seminário na Bahia (1861) e em 1863 mudou para a cidade do Recife onde iniciou seus estudos na Faculdade de Direito daquela cidade. Após viver durante 10 anos em Escada, outra vila da província de Pernambuco, retornou para Recife onde tornou-se lente desta mesma faculdade. Lá integrou o movimento intelectual, poético, crítico, filosófico e jurídico, conhecido como Escola do Recife. É o Patrono da cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras.

Ações humanas em conformidade com o bem do homem: a moral religiosa no compendio da filosofia de José Soriano de Souza

| Anderson Santos

| Bárbara da Silva Santos

| Cristiano de Jesus Ferronato

de Pernambuco, tendo sido, outrossim, representante daquele Estado no Congresso Constituinte.”⁹

Dentre algumas de suas obras que interessam ao campo filosófico, podemos apontar: *Princípios Sociais e Políticos de Santo Agostinho* (1866), *Compêndio de Filosofia, Ordenado Segundo os Princípios e Métodos de São Tomás de Aquino* (1867), *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* (1871), *Considerações sobre a Igreja e o Estado, sob o ponto de vista Jurídico, Filosófico e Religioso* (1874), *Elementos de Filosofia do Direito* (1880), *Princípios Gerais de Direito Público e Constitucional* (1893).

Este intelectual se insere no movimento da segunda metade do século XIX de professores-autores¹⁰ de seus próprios manuais utilizados em suas aulas. Entre suas obras, *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* foi adotada como manual de ensino de Filosofia do *Gymnásio Pernambucano*.

Estudos no período abrangido por este trabalho, ou seja, a segunda metade dos Oitocentos¹¹, destacam que os professores começaram a não perceber mais os livros, ou manuais didáticos, como apenas objetos de auxílio em sala de aula e deram início à sua produção, passando, desta forma, a serem “sujeitos ativos” no processo de análise, avaliação e mesmo de produção desses objetos pedagógicos. Os livros utilizados em sala começaram a contar

⁹ CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo no Brasil*. São Paulo: Paulus, 1998. (p. 46.)

¹⁰ Para Schueller e Teixeira (2008, p. 564) no percurso que envolvia os livros escolares, mais do que consumidores passivos destes objetos auxiliares de suas aulas, os professores tornaram-se sujeitos ativos, seja analisando e avaliando as obras que deveriam ser autorizadas para uso das escolas, a pedido do Governo, seja produzindo tais compêndios. Professores primários e secundários passaram a elaborar livros e materiais didáticos, tornando-se assim autores de obras destinadas ao ensino nas escolas primárias e secundárias. A presença das mulheres nos grupos de sociabilidade intelectual do período, como professoras e praticantes da escrita, não foi irrelevante, mesmo que mais tímida em relação à masculina, ainda mais se levarmos em consideração de que nesta época o predomínio da escrita pertencia ao sexo masculino.

¹¹ SCHUELLER, Alessandra Frota M.; TEIXEIRA, Giselle Baptista. *Civilizar a infância: moral em lições no livro escolar de Guilhermina de Azambuja Neves (Corte imperial, 1883)*. *Revista de Educação Pública, Cuiabá*, v. 17, n. 35, p. 563-577, set./dez. 2008.

ARTIGOS

com as assinaturas dos professores como seus autores, fossem eles do ramo primário ou secundário, com uma clara preponderância do gênero masculino.

A segunda metade dos Oitocentos foi um período de significativas transformações no Brasil, pois o Estado e as instituições educativas passavam pelo seu processo de constituição juntamente com novas representações sobre a nação e a educação brasileiras.

Segundo Schueler e Teixeira,

Tais transformações repercutiram, por exemplo, na ampliação das demandas do ensino primário e secundário, repercutindo também no mundo editorial, com investimentos em produções de livros escolares. Os livros foram entendidos e eleitos como instrumentos que poderiam contribuir para viabilização das propostas existentes, tenham sido elas quais fossem, já que em circulação divulgaria um saber bem determinado. Cabe ressaltar que para que pudessem ser utilizadas nas escolas primeiramente, as obras deveriam ser previamente aprovadas pelo Governo Imperial.¹²

Nesse sentido, entendemos que os professores passaram a atuar intelectualmente, refletindo, como afirma as autoras “[...] sobre os modelos educacionais em circulação [...] na segunda metade do século XIX.”¹³

SOBRE A QUESTÃO DOS LIVROS NO BRASIL

No Brasil, o livro veio a estabelecer-se como um elemento fundamental para a educação, formação cultural e moral no século XIX. Nos primeiros anos daquele século, a instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro impulsionou uma série de mudanças na então colônia. Dentre esses ajustes, no dia 18 de maio de 1808 fora criada a *Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, a casa impressora oficial e a partir dessa data foi possível exercer a publicação frequente de obras, além de abrir espaço para o comércio de livros sem a necessidade de importação de outros países. No entanto, segundo Ferreira, “[...] manteve-se ainda um controle formal, uma censura prévia, com censores

¹² Ibid, p. 564.

¹³ Ibid, p. 570.

Ações humanas em conformidade com o bem do homem: a moral religiosa no compendio da filosofia de José Soriano de Souza

| Anderson Santos

| Bárbara da Silva Santos

| Cristiano de Jesus Ferronato

régios do Desembargo do Paço exercendo suas funções sobre todos os escritos importados, traduzidos ou produzidos no Brasil.”¹⁴

A Revolução do Porto de 1820 acrescentou para a publicação e circulação de obras certa liberdade de imprensa. No entanto, isso só veio a ocorrer em maior escala no ano seguinte ao da revolução, ou seja, em 1821. Neste ano, tudo que foi adotado pela Corte lusa, refletiu também no território brasileiro, pois,

A presença de comerciantes portugueses que entre outros produtos vendiam livros nas casas comerciais do Rio de Janeiro já era então significativa. Misturavam secos e molhados, livros, calendários, baralhos, unguentos e outros produtos em suas casas comerciais. Estes “tratantes de livros”, como eram chamados então, só tinham um competidor importante: os livreiros franceses que viram no mercado brasileiro um importante e promissor terreno a ser explorado.¹⁵

Todos esses aspectos que impulsionaram o uso comum do livro em terras brasileiras encontraram barreira em um dado crítico: o índice de analfabetismo. Parecia preocupante, mas ao mesmo tempo mostrava-se promissor, pois com o significativo surgimento de livrarias, gráficas e editoras, esse leitor distante logo seria atingido “[...] por intermédio de um serviço de transporte regular de vapores entre o Rio de Janeiro e todas as províncias marítimas do Brasil [...]”.¹⁶

Diante deste quadro geral, Pernambuco, já destacada como uma das principais províncias imperiais, também passou a acentuar-se, segundo Galvão¹⁷ como “[...] um dos principais centros impressores do país”. Tal

¹⁴ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros e Sociedade: a formação de leitores no século XIX. In: Revista Teias. v. 1, n. 1, p. 1-10, jan./jun. 2000. (p. 1-2).

¹⁵ Ibid, p. 2.

¹⁶ Ibid, p. 2.

¹⁷ GALVÃO, A. M. O. A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista. In: 28ª. Reunião Anual da ANPEd, 2005, Caxambu. 40 anos da Pós-Graduação em Educação no Brasil - Anais da 28ª.

ARTIGOS

característica, somada a preocupação dos que eram responsáveis pela organização e bom andamento da instrução pública, fortaleceu a ideia de instauração de bases legais para avaliação e, conseqüentemente, aprovação ou não a depender da idoneidade do manual e se este seria utilizado nas instituições de ensino.

Galvão apresenta alguns dados sobre essa questão no texto “A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista”. De acordo com a autora,

Já em 1825, nas Instruções dadas pela Diretoria das Escolas de Ensino Mútuo, determinava-se que “nenhum livro, quaderno, compendio, ou papel poderá fazer objecto de lições, ou ser introduzido para uso da Escola se não forem aprovados pela Directoria das mesmas Escolas debaixo das ordens do governo” (APEJE: IP 1, 1825, p. 3). Alguns anos mais tarde, em 1833, os estatutos do liceu provincial também recomendavam, em seu artigo 4o., que “Os compendios pelos quaes se ensinarão as materias do Licêo, serão aqueles, que a Congregação do Licêo aprovar.” (APEJE: IP 1, 1833, p. 103v). Já na lei no. 30, de junho de 1836, embora fosse livre a qualquer pessoa organizar compêndios, eles só poderiam ser utilizados nas aulas de primeiras letras da província se fossem “competentemente autorizados” pelo governo. Não parecia haver, nesse momento, uma instância governamental específica que fosse responsável pelo julgamento e aprovação dos livros. No caso de livros que contivessem matérias de ensino religioso, a avaliação seria precedida pela aprovação do Prelado Diocesano (Pernambuco, 1836, p.41). Aos poucos, na medida em que a escola vai-se configurando como uma instituição propriamente dita, esse controle parece ganhar contornos mais sofisticados. A partir das Instruções Regulamentares de 25 de outubro de 1837 (Pernambuco, 1837), os compêndios passam a ser julgados e aprovados pela Congregação do Liceu Provincial que funcionava, até a criação da Diretoria Geral da Instrução Pública, como a instituição normatizadora da instrução na província. Posteriormente, após o parecer da Congregação, o livro seria levado à Assembleia Provincial para que fosse definitivamente aprovado.¹⁸

Assim, temos que, incontestavelmente, “[...] uma obra didática dependia em muito da aprovação de diversos conselhos, normalmente

Reunião Anual da ANPEd. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, p. 1-15, 2005. (p. 4).

¹⁸ Ibid, p. 2.

Ações humanas em conformidade com o bem do homem: a moral religiosa no compendio da filosofia de José Soriano de Souza

| Anderson Santos

| Bárbara da Silva Santos

| Cristiano de Jesus Ferronato

específicos para cada província que, ao recomendarem ou não determinado texto, condenavam-no ao sucesso ou insucesso.”¹⁹

Sendo o governo provincial um dos principais, se não o principal, consumidor deste tipo de material, seu poder nesta dinâmica de análises que culminava na circulação de determinados textos era iminente. Conforme a mesma autora, essa questão é justificada com “[...] o reduzido número de obras didáticas destinadas à escola elementar nas diversas editoras no século passado. Assim como era reduzido o número de autores didáticos eram incontáveis o número de edições de muitas delas.”²⁰

Tendo como base a ideia de autor-conselho, entendemos que o autor preocupava-se antes em literalmente seguir aquilo que foi estabelecido pelo governo da educação. Seguindo oficialmente esse pré-requisito, os autores submetiam-se aos editores, aqueles responsáveis pela possível circulação de seus exemplares. Essa ordem iniciava-se com a aceitação de sua obra para publicação e encerrava-se com a transformação deste material em um produto voltado para a leitura, educação e, sobretudo, a cultura.

Essa ideia de perfil de autores, modos de publicação e, principalmente, preocupação em atender o curso de transformação da nação, alimentando a instrução com o que de mais atual pudesse contribuir, nos é demonstrada por Bitencourt ao apontar que,

Considerando o período entre 1810 e 1910, pode-se verificar uma mudança do perfil dos autores. Um primeiro grupo iniciou sua produção a partir da chegada da família real portuguesa no Brasil, e suas obras foram produzidas pela Imprensa Régia, mas podemos identificar uma primeira “geração” a partir de 1827, autores preocupados com a organização dos cursos secundários e superiores, apenas esboçando algumas contribuições para o ensino de “primeiras letras”. Uma segunda “geração” começou

¹⁹ TAMBARA, Elomar A. C. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. História da educação (ASPHE), Pelotas, v. 6, n. 11, p. 25-52, 2002. (p. 48).

²⁰ Ibid, p. 48.

ARTIGOS

a se delinear em torno dos anos 1880, quando as transformações da política liberal e o tema do nacionalismo se impuseram, gerando discussões sobre a necessidade da disseminação do saber escolar para outros setores da sociedade, ampliando e reformulando o conceito de “cidadão brasileiro”, criando-se uma literatura que, sem abandonar o secundário, dedicaram-se à constituição do saber da escola elementar.²¹

Quanto a isto, temos como exemplo a breve apresentação de José Soriano mencionada na folha de rosto de seu compêndio: “Por José Soriano de Souza. Doutor em Medicina, Cavalleiro da Ordem de S. Gregorio Magno, Professor de Philosophia no Gymnasio Provincial de Pernambuco” (Folha de rosto de Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral).

A ressalva fica por conta da não menção ao título de *Doutor Honoris Causa* obtido por José Soriano ao concluir seus estudos de Filosofia na Universidade de Louvain, um indicativo de uma dinâmica frequente do período. Uma vez que as elites figuravam em sua maioria os quadros intelectuais do império, a relação de autores desse tipo de material com o corpo responsável por organizar a instrução escolar era de grande proximidade. Não somente porque tais autores seguiam programas de elaboração pré-estabelecidos por essas frentes, “[...] mas porque estavam “no lugar” onde este mesmo saber era produzido.” Além disso, era com o “[...] poder educacional institucionalmente organizado” que eram estabelecidos os primeiros contatos acerca desta temática.²²

Sendo submetido a todo o processo necessário para que o material pudesse circular e tendo obtido êxito em todas as etapas, isso não garantiria, mesmo que parcialmente, a circulação do manual escolar. Autores e editores tiveram que desenvolver estratégias que pudessem colaborar com essa demanda. O resultado disso foi a presença de compêndios como o de José Soriano em bibliotecas escolares, gabinetes de leitura e acervos pessoais de leitores atentos ao que se publicava no período. Segundo Galvão,

²¹ BITTENCOURT, Circe Maria F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004. (p. 480).

²² *Ibid*, p. 481.

Ações humanas em conformidade com o bem do homem: a moral religiosa no compêndio da filosofia de José Soriano de Souza

| Anderson Santos

| Bárbara da Silva Santos

| Cristiano de Jesus Ferronato

Além de trazer conhecimentos úteis, que contribuíssem para a formação moral e religiosa da criança, de ser estruturado didaticamente, outros fatores, que não dizem respeito à estrutura interna da obra, pareciam decisivos [...] seu preço e as estratégias de distribuição realizadas por seus autores e editores.²³

Chegando a esse último aspecto, o de transformação em mercadoria, a obra necessitava ser lançada às mãos dos que estavam à frente da organização da instrução provincial, assim como ocorria com os meios que estivessem à disposição dos responsáveis pela sua divulgação.

No caso do manual de ensino aqui analisado, é preciso destacar alguns aspectos. O concurso prestado por José Soriano para ingresso na instituição de ensino secundário pernambucana data do ano de 1867, sendo que o manual de sua autoria, utilizado em suas aulas, foi publicado somente em 1871, ou seja, quatro anos após ter sido nomeado titular da cadeira da disciplina de filosofia da instituição. Diante disso, temos que, anterior ao período da publicação, o professor José Soriano tenha utilizado um manual de origem francesa, seguindo o curso de uma tendência comum neste período. Com a publicação do seu compêndio, depois de submetido aos conselhos de análise, o mesmo passa a integrar os títulos de manuais de ensino do ginásio. A cargo do autor e, sobretudo, da editora, ficou a missão de propagá-lo, fazê-lo circular pelas demais províncias.

Observar a tendência de enriquecer os compêndios escolares com questões da moral não foi esquecido por José Soriano ao elaborar seu manual. Ademais, acerca deste mesmo assunto, foi bem mais afundo ao formatar as bases para o Curso Elementar Filosófico. A moral e suas questões são abordadas em vários pontos do compêndio, afinal, o aluno do bom raciocínio,

²³ GALVÃO, op. cit., p. 13.

ARTIGOS

para o autor, era o mesmo que procurava sempre ter a “moral” norteando suas ações.

ORDENANDO FACULDADES: MORAL E RELIGIÃO NO COMPÊNDIO DE JOSÉ SORIANO DE SOUZA

A natureza discursiva e de ferramenta para difusão de saberes e práticas, inerente ao manual, de acordo com Gouvêa e Jinzenji²⁴ faz dele uma “[...] importante fonte para a apreensão dos saberes historicamente legitimados de ordenação das práticas pedagógicas”. Com isso, a prática da formação de caráter e de hábitos nos alunos, tendo os manuais escolares como um dos elementos que possibilitava essa ação, teve certa predominância no século XIX. Afim de desenvolver as faculdades morais, reafirmou-se a Educação Moral a luz do ensino da religião, onde segundo Gouvêa e Jinzenji²⁵, por um lado emergiu a presença de questões religiosas nos manuais, com vistas a difusão da doutrina católica e do outro, a figura do professor como exemplo para transmitir valores morais que contribuíssem para a formação do cidadão civilizado.

Por seguir essa dinâmica, ao elaborar suas lições, José Soriano, além de ter a finalidade de contribuir na formação e preparação dos jovens estudantes para o ensino superior, também buscou lançar aos alunos o refinamento das faculdades do pensar. Nesse sentido, materiais que reuniam conceitos e doutrinas filosóficas nesta linha, naquele período, despontaram como os mais adequados. José Soriano²⁶ em seu compêndio, além de definir que a filosofia nada mais é do que o amor ao saber, empenhou-se em trabalhar tais lições tomando como exercício a ideia de “união sem confusão e distinção sem separação”.

²⁴ GOUVÊA, Maria Cristina; JINZENJI, Monica Yumi. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 114-132, 2006. (p. 115).

²⁵ Ibid.

²⁶ SOUZA, J.S. Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral. Pernambuco: Livraria Acadêmica de João Walfredo de Medeiros, 1871.

Ações humanas em conformidade com o bem do homem: a moral religiosa no compêndio da filosofia de José Soriano de Souza

| Anderson Santos

| Bárbara da Silva Santos

| Cristiano de Jesus Ferronato

Mas como formar questões tendo com princípio unir sem confundir e distinguir sem separar? Ao passo que nos colocamos a analisar tal expressão, causa o estranhamento de ser inadequado inserir esses termos na mesma linha. Contudo, a leitura do compêndio nos deixa a impressão de que o uso desse meio pode trazer bens positivos. Além disso, o manual era voltado para os alunos, não ficando restrito às mãos do professor. Ainda que o compêndio não contenha atividades práticas, os exemplos expostos à medida que iam sendo estudadas cada lição impulsionavam os alunos a elementarmente raciocinar.

“União sem confusão, distinção sem separação” foi apresentado por José Soriano na elaboração de seu compêndio como uma fórmula “fecundíssima” que, quando compreendida em sua totalidade, pode servir de meio para resolução de todos os problemas científicos, políticos, religiosos e, sobretudo, culturais e morais.

Nas primeiras lições acerca da filosofia em geral, vemos essa ideia de unidade que o autor buscou expor. Ele demonstrou essa ciência no compêndio em unidade com as demais, distinguindo-a, mas não a separando, conforme explica:

A unidade indivisível dos conhecimentos humanos nos confirma nesse juízo. De facto, estão todas as sciencias de tal sorte connexas, que nenhuma ha que seja absolutamente independente das outras; e as razões ultimas de cada uma só o são a respeito da matéria de que trata [...] reina em verdade uma secreta harmonia entre as sciencias.²⁷

Nesse sentido, diante das demais ciências, a filosofia tem sua utilidade, inclusive cultivando o entendimento e conduzindo à perfeição os jovens alunos do curso elementar filosófico, bem como os demais leitores.

A própria formação do ser humano possibilita uma série de atividades a serem desenvolvidas, sejam elas físicas, espirituais, intelectuais, além de

²⁷ Ibid, p. 24-25.

ARTIGOS

morais e religiosas. Essas duas últimas, inclusive, são o resultado do ensino quase que confessional religioso que perdurou até a introdução de ideias modernas no modelo educacional dos oitocentos. A educação como protagonista dessa dinâmica era importante em prover seguindo essa ordem natural à vida e suas faculdades.

De acordo com Martins,

Acatando estes princípios, compete à educação "a ordenação das faculdades humanas numa hierarquia a fim de conduzir o homem à obtenção do seu supremo fim" e a sua finalidade deveria ser o desenvolvimento intelectual e moral. A educação "é a consciência que o ser humano deve ir adquirindo de sua destinação espiritual, através do uso ordenado das faculdades no domínio' dos espíritos, através de hábitos salutares e da preparação do espírito para o mundo da graça, sob o influxo da lei eterna; tornando o homem apto a viver em sociedade".²⁸

Sendo assim, no processo de desenvolvimento educacional, aqueles com a utilização de estudos especulativos – temos por isso o compêndio Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral – constituíram-se como importantes ferramentas, pois sua elaboração era pensada para ordenar as ideias, “[...] tanto no plano do conhecimento científico quanto no do conhecimento humanístico e, assim, podem-se atingir as verdades fundamentais”²⁹

Pronto a atender essas necessidades e sendo naturalmente o método que faz os homens conhecerem o fim de suas ações voluntárias, já que é desse conhecimento que ele obtém as regras do bem viver seja como homem particular ou público, José Soriano se apoia em Santo Agostinho ao afirmar que não pode o homem construir algo sem antes distinguir, observar e dirigir as regras e os preceitos da razão.

Nessa tendência, com o uso da mesma fórmula, os estudos acerca da moral, “[...] corôa de toda a Philosophia [...]”³⁰, também é a ciência que trata

²⁸ MARTINS, A. M. S. A Filosofia Acadêmica - Estudo histórico-crítico do Ensino de Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. 197 f. (Dissertação de mestrado). Fundação Getúlio Vargas, 1985. (p. 48).

²⁹ Ibid, p. 48.

³⁰ SOUZA, op. cit., p. 30.

Ações humanas em conformidade com o bem do homem: a moral religiosa no compendio da filosofia de José Soriano de Souza

| Anderson Santos

| Bárbara da Silva Santos

| Cristiano de Jesus Ferronato

da retidão dos atos humanos quando bem ordenada e encaminhada aos seus devidos fins. Neste sentido, a moral não permanece na contemplação dos princípios da retidão,

[...] mas os applica ás acções humanas, para d'ahi deduzir verdades utilíssimas á vida do homem; e como tambem não trata daquellas acções consideradas em si, mas sim sob o respeito de sua rectidão, ou da conformidade das mesmas com o bem do homem, segue-se que a moral é uma sciencia eminentemente pratica.³¹

Ao ter abordado, na parte de lógica, que o objeto de toda ciência pode ser material ou formal, José Soriano logo estabeleceu para a moral que seu objeto material são as ações humanas e que, quando essas são consideradas sob o ponto de vista reto e em conformidade com o bem do homem, constitui seu objeto formal.

Segundo Santos³², exigências sociais e políticas diante de saberes científicos foram o principal argumento que motivou a reorganização curricular e os programas do curso de filosofia elementar. Essa tomada de decisão lançou a mão dos estudos filosóficos da época os significados de ciência, doutrina, disciplina e, acrescentaríamos ainda, o valor moral, tendo em vista que “[...] a classificação e a organização do conhecimento em súmulas, programas e compêndios escolares não representaram apenas um conjunto de informações e conteúdos indexados de forma inocente e posto em ordem alfabética [...]”³³ muito pelo contrário, “[...] tratava-se de uma concatenação lógica e metódica – amparada em determinado estado mental – com vistas a um fim específico: conformar um conjunto de conteúdos às aspirações de uma época”³⁴. Esse

³¹ SOUZA, op. cit., p. 412-413.

³² SANTOS, Marcus Everson. “Para instruir o espírito e melhorar o coração”: compêndios escolares de filosofia racional e moral em Sergipe no século XIX. 196 f. (Dissertação de Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2013.

³³ Ibid, p. 133.

³⁴ Ibid, p. 134.

ARTIGOS

aspecto, exposto no compêndio de José Soriano, diz respeito à preocupação com o homem moral desse período, individualmente e, principalmente, no âmbito social.

Com efeito, a moral estuda as acções humanas, para dirigi-las de conformidade com a rectidão moral, isto é, de conformidade com a honestidade, e não estuda essas acções sómente na ordem individual, mas também na ordem social, e por isto comprehende tanto os actos humanos internos e pessoais, como os externos e sociais, os quaes estão intimamente vinculados com os primeiros. Sobre essas mesmas acções versa o direito natural, e nem outra cousa se propõe que dirigi-las conforme os princípios da natureza racional; e por isto não só estuda as relações mutuas dos seres racionais, e os seus actos externos, mas também as suas intenções, e tudo mais que respeita ao individuo como ser moral.³⁵

Como o homem é naturalmente sociável, a razão faz-lhe dirigir suas acções não somente como criatura racional, mas também de modo a não perturbar a ordem social em que vive. Portanto, se considerarmos a acção humana conveniente a si mesma, ou seja, ao fim particular do homem, esta é boa. Porém, se é considerada conforme a ordem social, ela é justa. O individuo moral é bom quando dirige bem seus atos e é justo quando pratica os mesmos no sentido social.

A questão da moral “[...] promovida dentro dos moldes do catolicismo conservador, propalado na segunda metade do século XIX [...]”³⁶ e tão levantada no compêndio, era a base na qual se constituía a moral e ética como disciplina. Primeiramente pronta a atender as necessidades da instrução, também era posta como colaboradora “[...] para a definição de novas práticas e representações católicas”.³⁷

Em se tratando dessa tendência, no compêndio de José Soriano é perceptível sua afeição a tal causa. Ele reforça a necessidade dos jovens

³⁵ SOUZA, op. cit., p. 415.

³⁶ SOUZA, op. cit., p. 13.

³⁷ MARTINS, A. M. S. Análise Histórica da inserção do Ensino de Filosofia no Brasil. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2006, Recife. Anais do XIII ENDIPE 2006. v. 01. p. 1-11, 2006. (p. 16).

Ações humanas em conformidade com o bem do homem: a moral religiosa no compendio da filosofia de José Soriano de Souza

| Anderson Santos

| Bárbara da Silva Santos

| Cristiano de Jesus Ferronato

estudantes terem uma religião em suas vidas, ainda que não demonstre em palavras claras que esta deve ser a religião católica, por ser grande defensor da doutrina e ser egresso de uma instituição de mesmos princípios. Além disso, o período em questão supõe essa tendência, já que a religião católica era oficial no período imperial brasileiro.

Diante disso, nas lições de moral do compêndio existe uma parte dedicada a refletir sobre moral e religião.

O homem tendo natural propensão para amar e honrar a Deos, de quem recebe tudo o que é, e o que tem; e sendo também naturalmente inclinado a comunicar seus sentimentos aos outros, e a receber delles conselhos e auxilios, ainda considerando-o sómente sob o pomo de vista natural, formaria uma sociedade religiosa com seus semelhantes, na qual podesse satisfazer as necessidades naturaes de seu coração. Mas, Deos tendo desde o principio estabelecido uma religião sobrenatural, em a qual propoz ao homem um certo numero de verdades de fé, assim como o modo como havia de ser honrado, e os meios pelos quaes o mesmo homem alcançaria seu ultimo fim, ou a felicidade suprema, sobre maneira aperfeiçou e completou aquelles sentimentos naturaes de que temos falado.³⁸

Sentimentos naturais que a própria religião, por meio da igreja, possui como mecanismo para atingir o mais relevante fim: o ensino e a doutrina cristã sob as leis pelas quais se é protegida a fé, os costumes e os sacramentos. “D’aqui resulta que, sendo uma verdadeira pessoa moral, ella possui como proprios e inauferíveis [...]”³⁹ seus atos conscientes, ou retos, para com seu fim último (felicidade), da moralidade de suas ações, seus direitos, bem como seus deveres em geral. “O homem conhecendo o seu ultimo fim, e comparando com elle os seus actos, conhece também se estes lhe são ou não conformes [...]”⁴⁰. Moralmente a resposta para tal expressão está na própria essência do

³⁸ SOUZA, op. cit., p. 535-536.

³⁹ SOUZA, op. cit., p. 540.

⁴⁰ SOUZA, op. cit., p. 462.

ARTIGOS

raciocinar, porque o indivíduo que raciocina com retidão vai saber discernir entre o praticar e o omitir, tendo em vista que a “[...] consciencia recta é a unica que deve ser tomada como regra segura de nossos actos”⁴¹.

A saber, por Racional e Moral, é demonstrado ao longo do compêndio aquilo pode ser o seu principal atributo, o de instruir segundo o caráter moral e, mais ainda, racional, pois o jovem estudante para dirigir bem os seus atos, tirando-lhes lições valiosas teria que ser o mesmo que raciocina com retidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos que os compêndios escolares podem ser vistos como objetos privilegiados quando o que se busca é compreender o funcionamento de uma disciplina escolar específica, bem como a dinâmica da própria escola dentro de um quadro de relações que se processa da instituição para com o meio social de uma maneira geral. Como refletido, o manual quando produzido buscava associar-se ao conjunto de saberes destinados a escolarização. Como resultado de forças desequilibradas na máquina de administração pública, a massa social, a educação e o conjunto de saberes não eram fixos, ou seja, estáticos. Nessa dinâmica, os compêndios surgiam como mecanismos transformadores do ensino, da própria escola e, sobretudo, da sociedade em geral. Isso também nos proporciona compreender as transformações sofridas pelos manuais de ensino e demonstra que esses materiais realmente não eram objetos fixos de um tempo, mas de ontem, de hoje e de amanhã.

Com essa breve reflexão disposta em poucas páginas, reafirmamos o que já está posto no campo da História dos Manuais Escolares, pois buscamos evidenciar um material didático utilizado na educação, de autoria de um pensador pouco conhecido, mas importante para a cultura brasileira. Esses esforços também possuem um caráter de pesquisa histórica, pois como nos lembra Braudel⁴², como historiadores nos ocupamos em explicar aspectos da

⁴¹ SOUZA, op. cit., p. 463.

⁴² BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Ações humanas em conformidade com o bem do homem: a moral religiosa no compêndio da filosofia de José Soriano de Souza

| Anderson Santos

| Bárbara da Silva Santos

| Cristiano de Jesus Ferronato

vida dos homens quando tecemos, perante nossos olhos, mudanças ou permanências, concordância e interrupção, renúncia, aproximação ou afastamento.

Não buscamos um recorte linear da vida de José Soriano de Souza, autor do compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* aqui analisado, nem mesmo uma descrição fiel do seu material. Ocupamo-nos especialmente, conforme Braudel⁴³, lançar-se ao objeto como pesquisadores evitando que seus empenhos permaneçam encobertos em seu trabalho particular, cego ou surdo, com o que dizem, escrevem ou pensam.

Examinar esse compêndio aproximando-se da sua organização e conteúdo científico exposto nos fez perceber, ou pelo menos ter a noção, da existência de valores e doutrinas que tinham por mérito fazer cumprir o espírito que permeava determinada época. Assim, os manuais de ensino, haja vista do compêndio de José Soriano, foram objetos culturais, símbolos desse aparelho regulador da instrução que buscou fazer à cultura escolar semelhança com a cultura processada dentro e nos arredores da escola uma conjuntura para assentar a tendência moralizadora que buscava o espírito do período.

Nesse plano, desdobra-se a especificidade daquele manual, pois ele não é um material simplesmente para ler, mas uma ferramenta pedagógica para usar. Isso configura sua complexidade quando na análise verificamos as diversas funções conjuntas aos seus destinatários – professores, alunos, famílias – cujas expectativas podem variar conforme o momento – seja na preparação individual do curso pelo professor, bem como ao lecioná-lo. É, segundo Choppin⁴⁴, a tomada de consciência da dimensão dinâmica do

⁴³ Ibid.

⁴⁴ CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*. ASPHE. Pelotas (11), p. 5-24, 2002.

ARTIGOS

manual, ou seja, ele só existe enquanto objeto historiográfico quando verificamos os usos que dele foram feitos.

Deste modo, em sua obra, o professor José Soriano de Souza contribuiu com a realização de demandas político-sociais e educativas, que visavam estabelecer condutas, bem como fomentar dogmas (credo religioso). Os alunos formados a partir daquelas matrizes seriam os cidadãos *a posteriori*, àqueles conscientes do dever com a sociedade, com a família, com a igreja. Conforme Veiga (2002), uma pedagogização preocupada em disseminar comportamentos socialmente aceitos e em produção na sociedade daquele período.

Recebido em: 04/07/2017

Aprovado em: 06/04/2018